



# Paternidades e Políticas Públicas: homens-pais no Bolsa Família

Catharina Silveira – catharinasilveira@msn.com  
Orientadora Dr. Dagmar E. E. Meyer  
PIBIC-UFRGS-CNPq



A presente pesquisa é uma investigação que, vinculada à pesquisa *Vulnerabilidade, programas de inclusão social e práticas educativas: uma abordagem na perspectivas dos estudos de gênero e culturais*, pretende pensar como a política de assistência social brasileira, através do Programa do Governo Federal de transferência condicionada de renda - o Bolsa-Família - vem posicionando os homens-pais dentro das famílias tidas como vulneráveis a partir da perspectiva dos técnicos/gestores implicados com a implementação e execução dessa política pública dentro do município de Canoas/RS.

## Gênero, educação e(m) Políticas: as ferramentas teórico-metodológicas

Foram realizadas 5 entrevistas semi-estruturadas com técnicos/as ligados à Secretaria de Desenvolvimento Social, da Educação e da Saúde no período de Junho a Julho de 2010. Problematizamos os depoimentos desses técnicos/as apoiadas nos Estudos de Gênero e Culturais, a partir dos referenciais pós-estruturalistas.

## Homens-pais no bolsa família: a circulação de uma pedagogia

SILVA (1999, p.139 ) nos mostra que “é o conceito de “cultura” que permite equiparar a educação a outras instituições culturais, é o conceito de “pedagogia” que permite que se realize a operação inversa. Tal como a educação, as outras instâncias culturais também são pedagógicas, também ensinam alguma coisa.” Propomos, a partir dessa noção de educação alargada e de pedagogia para (muito) além dos muros da escola ou dos centros acadêmicos, a pensar o Programa Bolsa-Família como uma instância que educa os cidadãos e as cidadãs, sobretudo aqueles e aquelas das classes ditas vulneráveis, através de suas concessões e imposições descritas em suas condicionalidades perpassadas por pressupostos de gênero, a ser e viver de um jeito e não de outro. Não pretendemos aqui proceder a uma avaliação estrito senso das ações empreendidas pelos/as programas e políticas de inclusão social, mas sim pensar que (quais) efeito (s) educativo(s) esse(s) posicionamento (s) institue(m) e coloca(m) em funcionamento. Entendemos o Programa Bolsa-Família como um artefato pedagógico que, ao não responsabilizar os homens-pais pelas condicionalidades referentes ao recebimento do repasse da verba à família, autoriza que eles sejam coadjuvantes (ou ausentes) na educação e nos cuidados com seu/sua (s) filho/a (s) , colocando em circulação (e portanto, reiterando) uma pedagogia que posiciona, conseqüentemente, as mulheres-mãe, sobretudo as mulheres “pobres”, como cuidadoras principais ou únicas desses filhos e filhas. Meyer afirma que

“assim, políticas e programas podem ser tomadas como discursos que instituem e colocam em circulação uma “gramática” própria – reforçando, ressignificando e introduzindo termos como família, maternidade, paternidade, infância, risco, vulnerabilidade, inclusão, cidadania, dentre outros -, que deve interpelar determinados sujeitos e grupos sociais, educando-os para pensar, sentir e agir de certos modos e não de outros”. (MEYER, 2010, p.2.)

## O Bolsa-Família

Criado em 2003, o Programa Bolsa Família tem dois objetivos básicos, segundo o Governo Federal: combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres. O benefício se dá por meio da transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza mediante o cumprimento de basicamente três condicionalidades: 1) a mãe deve ser, obrigatoriamente, a responsável pelo Cad (Cartão magnético do Cadastro Único do Usuário); 2) as crianças e os jovens, em idade escolar, devem frequentar a escola, apresentando, no máximo, três faltas mensais não justificadas; 3) mães e crianças devem comparecer ao posto de saúde para periódicas revisões médicas. Tendo em vista as condicionalidades do Programa para a família tornar-se e manter-se recebedora do repasse, uma das técnicas entrevistada relata como percebe o posicionamento dos homens-pais nas famílias que recebem o Bolsa-Família:

*É nulo né? O homem praticamente não existe para essa família porque ele não precisa fazer nada, nada é cobrado dele. Aparecer nas condicionalidades seria uma saída. O pai, cadê o pai? Tá trabalhando, que bom, mas que justifique então. Por que só as mulheres? Cadê os homens? Os homens não são obesos, não ficam hipertensos, não ficam doentes? Tinha que estar nas condicionalidades, não é?” (Entrevistada 4)*



MEYER, Dagmar E. E.. Família e inclusão social no Brasil: como funciona essa articulação? In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos. Florianópolis, 2010. CD-ROM.  
SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.